

Perda de Cr\$ 3,2 tri força corte de até 22% no orçamento para 93

O governo vai realizar um corte real de 22% nas despesas com custeio e investimento no orçamento do próximo ano, a ser enviado ao Congresso Nacional, até 31 de agosto. A informação foi prestada ontem pelo secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, que estima em Cr\$ 3,2 trilhões, em valores de abril deste ano, a perda total de receita da União em 93. Parente admitiu que o corte poderá ser atenuado caso o projeto de reforma fiscal, enviado ao Legislativo, na semana passada, seja aprovado neste ano.

Parente afirmou que "está cada vez mais difícil para o governo prestar serviços para a sociedade com recursos ordinários". O secretário explicou que a perda de receita atingirá, principalmente, os setores do governo não beneficiados pelas receitas vinculadas. Isto significa que os cortes serão maiores nos orçamentos, entre outros, dos ministérios militares, da Agricultura, da Justiça, das Minas e Energia, dos Transportes e Comunicações, bem como no da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Beneficiados por receitas vinculadas, os Ministérios da Saúde, Ação Social e da Educação sofrerão perdas menores.

A perda de arrecadação em 93 ocorrerá basicamente pelos efeitos das Leis 8.200 e 8.383. A 8.200



Para Pedro Parente, o corte só será menor se a reforma fiscal for aprovada ainda este ano

permite que as empresas deduzam do Imposto de Renda, até 1995, a diferença na correção monetária das demonstrações financeiras relativas a 1990. Para exemplificar, o diretor do Departamento de Orçamento da União (DOU), Paulo Fontenele, informou que, por conta dessa lei, o lucro tributável da Telebrás caiu, neste ano, de US\$ 1,2 bi-

lhão para US\$ 200 milhões, causando uma perda de arrecadação para o fisco estimada em US\$ 500 milhões.

Já a 8.383, que instituiu a reforma tributária de emergência, determinou o recolhimento do IR de pessoa jurídica em bases correntes, diminuindo a arrecadação desse im-

posto em 93, se comparada ao ano de 92.

O secretário Pedro Parente explicou que o orçamento de 93 será elaborado com base na estrutura tributária vigente. Caso o Legislativo aprove o ajuste fiscal, as receitas adicionais geradas pela reforma serão objeto de novas programações no próximo ano.